

FMI quer as contas do ano que vem

O chefe da Divisão do Atlântico do Fundo Monetário Internacional, Thomas Reichmann, volta a se reunir com os ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Ernane Galvães, da Fazenda, na próxima segunda-feira, sem ter definido a fórmula técnica que o governo brasileiro utilizará para rever a meta de Cr\$ 67,8 trilhões do déficit público nominal, cujo resultado ao final de dezembro será maior por causa do estouro na inflação deste ano.

O objetivo da reunião - que não será a última desta rodada - é colocar na mesa as primeiras projeções sobre o "programa de ajustamento" que o Brasil se comprometerá a cumprir ao longo do próximo ano. Até ontem a missão ainda não tinha definido também se a próxima Carta de Intenções teria metas para todo o exercício de 1985 ou apenas para os primeiros três meses, seguindo o modelo trimestral de acompanhamento que vem sendo aplicado ao País.

Pelo menos esta é a versão oficial, apresentada por técnicos do FMI para não entrar no principal problema desta nova rodada de negociações, que é a preparação das metas econômicas na fase de transição política no Brasil: a tendência da parte dos técnicos do Departamento Econômico do Banco Cen-

tral, por exemplo, é fixar metas ("critérios de desempenho") somente para os próximos trimestres, mas dentro de um contexto anual com referências explícitas às taxas estimadas para o crescimento do Produto Interno Bruto, inflação, dívida externa etc.

Isso evitaria comprometer o próximo governo com um programa de metas trimestrais até fevereiro de 1986, mas também não deixaria a próxima administração totalmente livre para alterar peças fundamentais da política econômica - como o orçamento fiscal, onde estão as receitas e despesas do setor público federal. Mas a chefe-adjunta da Divisão do Atlântico do FMI, Ana Maria Jul, deixou claro que esta questão ainda não está definida, embora a princípio a 7ª Carta de Intenções devesse conter todo o "programa de ajustamento" do próximo ano.

Ela também não sabe como ficará a questão do estouro no importante critério de desempenho que é o déficit público nominal - ou total das necessidades de financiamento bancário interno e externo ao setor público, para cobrir despesas além da capacidade do orçamento fiscal, com correção monetária e cambial. A meta aprovada no último dia 9 pelo diretor-gerente do FMI, Jacques de Laro-

sière, dentro da 6ª Carta de Intenções que está em vigor, era não ultrapassar até dezembro o teto de Cr\$ 67,8 trilhões, correspondentes a 17,8% do PIB estimado em Cr\$ 380 trilhões em 1984.

Neste teto estão incluídas as correções monetária e cambial destes financiamentos ao setor público, pressupondo uma inflação de apenas 194% em doze meses. Com a inflação do ano ficará em torno de 220% - de acordo com novas estimativas em função da repetição, em novembro, do Índice Geral de Preços na casa dos 10% - será inevitável esperar o estouro também dos Cr\$ 68,7 trilhões em decorrência apenas do crescimento nominal do déficit público, com a incidência das correções monetárias e cambial ao nível da inflação.

Argumenta-se que o PIB deste ano será maior, não apenas nominalmente mas também porque a taxa de crescimento deverá ficar acima do percentual de 1% estimado anteriormente pelo próprio FMI. E sempre há a perspectiva de se pedir maior contenção dos gastos públicos neste último trimestre, embora o governo não esteja propenso a aceitar alterações, para menos, na promessa de fechar o ano com o déficit público nominal correspondente a 17,8% do PIB.